

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA****PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA DO SISTEMA CONFEA/CREA (PAINT)**

Processo: CF-03822/2021

Tipo de Processo: Gestão e Controle: Plano Anual de Auditoria Interna

Assunto: Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do Sistema Confea/Crea e Mútua (PAINT 2022).

Interessado: Sistema Confea/Crea e Mútua

Exercício: 2021

1. Introdução

O **Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT 2022)** em comento, tem por objetivo e, escopo de trabalho, a realização de **Auditoria de Conformidade Institucional e de Gestão (ACI) junto e no âmbito do Sistema Confea/Crea e Mútua, no exercício de 2021**, submetendo-se, assim e, de forma concomitante, autorizar a continuidade de regular instrução processual consoante os autos SEI 02315/2021, para fins de contratação de Empresa de Auditoria externa para realizar os trabalhos nas áreas de finanças, contabilidade, orçamentária, patrimonial e de recursos humanos nos mesmos exercícios (ação modelada via o *slide* de número 33 da "Apresentação ABR - AuditoriaBaseadaRisco (0490112)").

Os **trabalhos de auditorias serão ordinariamente realizadas à distância, notadamente no que se refere à obter e armazenar informações referentes a Banco de Dados (<ftp://ftp.confea.org.br/>), bem como in loco sempre que previamente planejadas e previstas, e visarão mitigar os riscos identificados, mediante a averiguação e existência de controles existentes e se estão sendo exercitados, sistematicamente, com vistas a eliminar possíveis riscos a serem detectados em tempo para que não produzam distorções na aplicação dos recursos empreendidos e consecução da atividade finalística. Para tanto, o modelo de trabalho a ser desenvolvido e implementado será aquele contemplado na "Apresentação ABR - AuditoriaBaseadaRisco (0490112)".**

Além disso, serão estabelecidas as diretrizes das auditorias que serão realizadas pela equipe de trabalho de Analistas Auditores, mediante a emissão de relatórios e pareceres.

Este plano contempla, ainda, a possibilidade de realização de eventuais auditorias especiais em processos/rotinas específicas/denúncias, visando detectar eventuais irregularidades, cujo objetivo é mitigar as falhas mais importantes, atuando preventivamente e alertando as unidades organizacionais competentes sobre eventuais achados de auditoria que demonstrem inconformidades.

Destaca-se que a Auditoria - AUDI é a unidade organizacional responsável por realizar e acompanhar os trabalhos desenvolvidos pela Empresa de Auditoria contratada para realizar os trabalhos nas áreas de finanças, contabilidade, orçamentária, patrimonial e de recursos humanos nos mesmos exercícios.

Também, necessário se faz considerar que coube à decisão Plenária PL-2246, de 2020, aprovar a proposta de orientações básicas para a prestação de contas anuais e elaboração dos relatórios de gestão do Confea e dos Creas, bem como sua divulgação nas seções "Transparência e Prestação de Contas" dos sítios oficiais do Confea e dos Creas. E, sobre o assunto, assim restou estabelecido naquela oportunidade:

- 1) Aprovar a proposta de orientações básicas para a prestação de contas anuais e elaboração dos relatórios de gestão do Confea e dos Creas, conforme documento SEI 0406664, bem como sua divulgação nas seções "Transparência e Prestação de Contas" dos sítios oficiais do Confea e dos Creas.
- 2) Aprovar a Planilha de Dados e Indicadores dos Processos Finalísticos do Sistema Confea/Crea – exercício 2020, conforme documento SEI 0406668.
- 3) Determinar que a “Planilha de Dados e Indicadores dos Processos Finalísticos do Sistema Confea/Crea – exercício 2020”, preenchida corretamente, deve ser encaminhada à Gerência de Planejamento e Gestão - GPG - em um único arquivo Excel, por meio do endereço eletrônico gpg@confea.org.br, até a data de 19 de fevereiro de 2021.
- 4) Autorizar a Gerência de Planejamento e Gestão a ajustar ou atualizar, inclusive com contribuições oriundas dos Regionais, a “Planilha de Dados e Indicadores dos Processos Finalísticos do Sistema Confea/Crea – exercício 2020” a fim de conferir celeridade ao tratamento das informações pelos Creas e pelo Confea.

2. Quadro funcional da Unidade Auditoria

Analistas Auditores:

1. Águeda Lúcia Avelar Pares - Engenheira Civil;
2. Alceu Fernandes Molina Junior - Engenheiro Agrônomo;
3. Eduardo Dalla Costa Diderot - Contador;
4. Eveline Ferrer Porto pinheiro;
5. Urbano Alves Cordeiro - Contador, e
6. Wanessa Severino Borges Almeida*.

Obs.:

() Pendente a efetivação de lotação funcional na Unidade Organizacional Auditoria - AUDI.*

Suporte Administrativo:

1. Eunice Francisca da Silva Rabelo
2. Melania Gomes de Faria - Assistente Administrativo

Cabe destacar que quer seja na função administrativa ou de auditor(a), a equipe supracitada poderá ser acrescida ou alterada, desde que por integrantes que componham o Quadro de Pessoal da estrutura permanente deste Federal.

Também e, para específicos e determinados objetivos, poderá o Gerente da Auditoria do Confea, requisitar a participação de Auditor(a) e/ou Controlador(a) desde que, também, integrante de Quadro permanente de Pessoal de Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) e da Mútua.

Igualmente, também poderão vir a ser demandados integrantes de Quadro permanente do Sistema Profissional Confea/Crea e Mútua com formação e/ou atuação nas áreas financeira, jurídica e de tecnologia da informação, objetivando, quando necessário, complementar e atender à específicas tarefas de trabalhos de auditoria.

Nesses específicos casos supracitados, caberá tanto ao gerente auditor/controlador chefe/gerente financeiro ou procurador jurídico, previamente manifestar-se quanto à liberação do colaborador requisitado bem como e, se for o caso, ao Presidente do Crea ou Diretor(a) Presidente da Mútua aquiescerem ao pedido do

requisitante. Igualmente, caberá ao interessado/indicado aquiescer à condição de indicado mediante expressa declaração que consoante às atividades laborais que exerça junto ao Crea-UF e, conseqüente formação profissional, representadas no perfil requerido, aquiesça a indicação/participação, bem como consigna encontrar-se apto a desenvolver e contribuir com os trabalhos a serem desenvolvidos na Unidade Organizacional Auditoria – AUDI do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea.

Com relação ao referido Perfil, requer-se: Ter conhecimento da área e função finalística dos Creas, experiência em funcionamento de Plenário dos Creas, da Diretoria, das Câmaras Especializadas, Setor de Fiscalização, Planejamento Estratégico, Fluxo do Processos Administrativos do Regional, Lei de Acesso à Informação e demais questões institucionais afins.

3. Fatores relevantes e diretrizes gerais de trabalho

O PAINT 2022 vincula-se à pertinência da vigente legislação federal, das orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU) das normas infra Sistema Profissional que subsidiam os Creas, as Comissões Permanentes e o Plenário do Confea em suas funções fiscalizatórias e normalizadoras.

Observada a necessária conformidade com a Portaria AD-Nº 364, de 28 de agosto de 2015, e que trata da Estrutura Organizacional do Confea, a Auditoria (AUDI), constitui a Unidade Organizacional que tem por finalidade testar e avaliar, de forma independente, a gestão contábil-orçamentária, financeira, administrativa, patrimonial, institucional-finalística e de controles internos, e a aderência à legislação e aos normativos do Sistema Confea/Crea, aferindo o alcance dos objetivos institucionais finalísticos no âmbito do Confea, dos Creas e da Mútua.

Nessa condição e, de forma específica, constituem competências da Auditoria as seguintes atribuições:

I - coordenar a formulação e propor políticas, diretrizes, normativos e procedimentos que disciplinem e orientem as atividades de auditoria e de prestação de contas da gestão do Confea, dos Creas e da Mútua.

II - avaliar e testar, por meio de auditorias, os controles internos e as atividades contábil-orçamentárias, financeiras, administrativas, patrimoniais e institucional-finalísticas executadas pelo Confea, pelos Creas e pela Mútua, bem como o desempenho da gestão e o cumprimento das finalidades institucionais;

III - assistir o Presidente quanto aos assuntos que, no âmbito do Sistema Confea/Crea e Mútua, sejam relativos à auditoria e aos procedimentos de prestação de contas da gestão;

IV - orientar os Creas e a Mútua nos assuntos relativos à auditoria e aos procedimentos de prestação de contas da gestão;

V - elaborar e executar o plano anual de auditorias, inclusive as especiais, no Confea, nos Creas e na Mútua;

VI - verificar o cumprimento da legislação, normativos, decisões exaradas pelo Confea e decisões judiciais e dos órgãos de controle externo destinadas ao Confea, aos Creas e à Mútua;

VII - analisar e manifestar-se sobre propostas orçamentárias e reformulações orçamentárias do Confea, dos Creas e da Mútua;

VIII - auditar e analisar as prestações de contas da gestão do Confea, dos Creas e da Mútua e manifestar-se sobre elas, podendo ser subsidiada por auditoria terceirizada;

IX - avaliar e testar a implementação das medidas necessárias para a transparência da gestão e o acesso à informação no âmbito do Confea, dos Creas e da Mútua;

X - recomendar medidas de regularização ou de melhoria de procedimentos e de gestão que visem à mitigação dos riscos, à eficiência, à eficácia, à efetividade, à economicidade, à transparência, ao cumprimento da legislação e dos normativos internos e à salvaguarda dos recursos públicos, no âmbito

do Confea, dos Creas e da Mútua;
nosso)

(... grifo e destaque

XI - manter registro ou banco de dados das informações relacionadas às auditorias internas e às inspeções de controle interno, no âmbito do Confea, dos Creas e da Mútua; e
(... grifo e destaque nosso)

XII - disponibilizar de informações e dados precisos e confiáveis do Confea, dos Creas e da Mútua para auxiliar as instâncias competentes na tomada de decisão.

O planejamento dos trabalhos de auditoria pauta-se, ainda, nos seguintes fatores:

- Quadro de pessoal da Auditoria (AUDI) do Confea;
- Atendimentos às Leis, Leis Complementares e Decretos aplicáveis,
- Atendimento às Resoluções, Decisões Normativas e Decisões Plenárias, ambas do Confea;
- Atendimento das determinações do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Atendimento das orientações da Controladoria Geral da União (CGU);
- Encerramento dos mandatos eletivos;
- Materialidade, baseada no volume da área a ser examinada, e
- Fragilidade nos controles internos.

4. Diretrizes a serem observadas quando da realização das auditorias ordinárias

O desenvolvimento do trabalho de Auditoria que será realizado no Exercício de 2022 e, Ano Base 2021, terá como principal destaque a avaliação da eficiência dos controles internos existentes e o grau de segurança oferecido para cada item enfatizando:

- A correta aplicação dos recursos públicos;
- A proteção sistemática do patrimônio;
- A constatação de que as legislações atinentes ao setor público e Decisões deste Federal estão sendo observadas pelos Regionais, Mútua e pelo próprio Confea, e
- Cumprimento das recomendações anteriores, visando racionalizar os procedimentos bem como aprimorar os controles existentes.

Quando da realização das auditorias, observar-se-ão a legislação federal vigente e aplicável ao Sistema Confea/Crea e Mútua, bem como aquelas aplicáveis às entidades de mesma natureza, quer sejam: Lei n.º 5.194, de 1966; Decreto-Lei n.º 200, de 1967; Lei n.º 6.496, de 1977; Lei n.º 6.619, de 1978; Lei n.º 6.994, de 1982; Lei n.º 12.514, de 2011; Lei n.º 8.666, de 1993; Lei n.º 8.443, de 1992; Lei n.º 8.429, de 1990; Lei n.º 10.520, de 2002; Lei Complementar n.º 101, de 2000; Lei n.º 4.320, de 1964; Lei n.º 6.404, de 1976; Lei n.º 12.527, de 2011; Normas Brasileiras de Contabilidade Pública (NBCT16); Deliberações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs); Regimentos; Portarias; Resoluções; Decisões Normativas do Confea, e específicas e determinadas Decisões Plenárias também do Confea.

Além das diretrizes gerais e da legislação aplicável à matéria, na realização das auditorias, considerando os achados detectados nos trabalhos anteriores, deverão ser observados em especial, dentro da amostragem julgada necessária, o regular adimplemento pelos Creas e Mútua junto ao Confea, sob pena de infringirem ao estabelecido na Decisão Plenária PL-0935, de 13 de dezembro de 2002, que assim estabelece:

1) caracterizar a adimplência dos Conselhos Regionais através do atendimento das seguintes condições:
1.1) cumprimento integral do disposto nos instrumentos administrativos do Confea, ou seja, Resoluções, Decisões Normativas e Decisões Plenárias; 1.2) cumprimento pontual dos repasses das cotas-partes devidas ao Confea e à Mútua; 1.3) cumprimento dos termos de convênios de repasse de recursos em atraso, bem como dos acordos de renegociação de débitos; 1.4) fornecimento ao Confea dos dados e das informações indispensáveis à implantação e ao desenvolvimento do cadastro nacional de profissionais e empresas, incluindo-se especialmente no âmbito desses o projeto especial previsto para 2003 do recadastramento nacional dos profissionais integrados ao Sistema Confea/Crea (Decisões CP n.ºs 090, 091 e 092, de 12 de novembro de 2002, do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea). 2) Estabelecer a condição de adimplência como requisito indispensável para que os Creas possam se habilitar a qualquer tipo de apoio institucional e financeiro do Confea a partir de 1º de janeiro de 2003.

5. Auditoria nos Creas e Confea

Nesse contexto e, além das questões supracitadas e, considerando a relevância dos riscos de cada área, constituem áreas como alvos de auditoria:

a) Área Contábil/Financeira: contabilidade do órgão envolvendo auditoria de documentos contábeis, com a respectiva documentação e reconhecimento das receitas e despesas, controles internos da Gerência, no tocante a controle de baixa de "restos a pagar", "conciliações bancárias", "depósitos de terceiros", análises e aferições da confiabilidade das informações geradoras dos registros contábeis das receitas, despesas e etc. controle de entradas e saídas de numerários, aplicações financeiras, eficácia do controle interno da área financeira, envolvendo o controle bancário, o controle de contas a pagar, tributação aplicada, partição das receitas de anuidades e taxas de anotação de responsabilidade técnica (ART), analisar a legalidade dos documentos apresentados nos suprimentos de fundos, bem como os critérios de prestação de contas (prazos, normas e etc.).

b) Orçamentária: verificar aprovação da proposta orçamentária para o exercício sob análise, abrangência o empenhamento da "despesa" de acordo com o plano de contas, na apropriação das "receitas" via sistema bancário, controle do orçamento e respectivas reformulações.

c) Área Administrativa/Operacional e patrimonial: os processos de compras, contratação de obras e de serviços, através de licitação ou não, área patrimonial, envolvendo a conservação dos bens móveis e imóveis, inventário físico dos bens, com abrangência no almoxarifado, com ênfase no controle de entrada e saída de mercadoria no inventário, bem como acondicionamento da mercadoria. Confirmar o controle de compras e controle de utilização de veículos, aquisição de passagens aéreas, pagamento de diárias e ajudas de custo, desempenho de atividades finalísticas e etc; auditar os processos de admissões e demissões, processo de concurso público, registro de empregados, controle de recolhimento de obrigações sociais, tais como INSS, FGTS, IRRF, consignações em folha de pagamento e outros, bem como o controle interno, com abrangência no controle de pagamentos de horas extras, auxílios, faltas, atestados médicos e abonos de faltas, e demais normas trabalhistas. Verificar documentação do imóvel, Sede do Crea, como escritura e registro do imóvel; alvará de funcionamento, vistoria do corpo de bombeiros; pagamentos de tributos correspondentes quer sejam: Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), taxas de lixo, água e energia.

d) Área institucional/atividades finalísticas: Aspectos regimentais, com a verificação da Composição, Controle e funcionamento do Plenário, Câmaras, Comissões Permanentes, Diretoria e demais órgãos colegiados (verificação e controle de comparecimento, atas, súmulas, decisões e etc.); registros de Entidades de Classe e Instituições de Ensino (aprovação, homologação e revisões); verificação de Atos Normativos e Administrativos dos Regionais e da Mutua (edição, revisão, homologação, vigência), fiscalização do exercício profissional (notificações, autos de infração, formalização de processos, capacitação dos colaboradores da fiscalização), Registros de Profissionais e de Pessoa Jurídicas, Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), controle de adimplência e inadimplência, controle de dívida ativa e cancelamentos de registros, cumprimento dos normativos e decisões Plenárias do Confea; avaliação do planejamento e resultados da gestão; avaliação dos controles internos existentes; avaliação dos aspectos aplicáveis à transparência e implantação do acesso à informação e controle social (Lei de Acesso à Informação - LAI); verificação do cumprimento das Resoluções Nº 1.025, de 2009, que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional; Nº 1.090, de 2017, que dispõe sobre o cancelamento de registro profissional por má conduta pública, bem como a verificação do cumprimento da Decisão Normativa Nº 111, de 2017, que dispõe sobre diretrizes para análise das Anotações de Responsabilidade Técnica registradas e os procedimentos para fiscalização da prática de acobertamento profissional.

Também e, de forma qualitativa, serão avaliados com maior acurácia, objetividade e finalidade, salvaguardado as singularidades e especificidades de cada Regional, os seguintes assuntos: Acobertamento, Implantação do Livro de Ordem, Processo Ético, Art. 75 da Lei nº 5.194/1966 c/c a Resolução nº 1.090/2017 no que se refere ao Crime Infamante e cancelamento de registro profissional, Certidão de Acervo Técnico - CAT, Implantação da Tabela de Obra e Serviços - TOS, e Resolução que trata das Anotações de Responsabilidade Técnica - ART. Nessa mesma condição serão verificadas as questões afetas ao efetivo cumprimento da LAI, como já acima destacado, conjuntamente com Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (nº 13.709, de 2018), bem como os assuntos relativos ao Plano Diretor da Tecnologia da Informação - PDTI

e as especificidades dos Registros constituídos em Banco de Dados de Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas, Instituições de Ensino Superior e Entidade de Classe.

Sobre a questão acima e, notadamente, no que diz respeito à LAI (SEI 0494383), LGPD (SEI 0494385) e PDTI (SEI 0494381), também há de se considerar as manifestações obtidas no âmbito deste Confea e Unidades Organizacionais (Ouvidoria - OUVI e Gerência da Tecnologia da Informação - GTI) afins, juntadas aos autos mediante os expedientes SEI 0484785, 0484791; 0484810, 0484819 e 0493971).

6. Auditoria na Mútua:

a) Área Contábil: adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade, Deliberações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), cumprimento da Resolução N° 1.037, de 21 de dezembro de 2011, do Confea, que institui normas para elaboração de propostas e reformulações orçamentárias para o Sistema Confea/Crea e Mútua.

b) Financeira: verificação dos repasses das receitas entre a Mútua e as Caixas de Assistência, em conformidade com a Lei Federal N° 6.404, de 1976, que trata das Sociedades por Ações, e Resolução Confea N° 1.026, de 2006, do Confea, com as respectivas alterações, e que trata das rendas dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agronomia, da Mútua de Assistência dos Profissionais, e dá outras providências.

c) Área Administrativa e patrimonial: contratações de produtos e serviços de publicidade, propaganda e eventos; processos de diárias, ajuda de custo e passagens, com a verificação da existência de comprovação da economicidade dos bilhetes aéreos, comprovante de embarques, comprovante da atividade realizada e que seja inerente à finalidade da unidade auditada, comprovante de frequência/participação do beneficiário da passagem e diária; controle de abastecimento e uso de veículos; verificação da conformidade dos convênios de repasse de recursos celebrados pela unidade auditada.

d) Área Institucional/atividades finalísticas: Composição, Controle e funcionamento da Diretoria e demais órgãos colegiado (verificação de controle de comparecimento, atas, súmulas, decisões e etc.); verificação de atos normativos e administrativos da Mutua (edição, revisão, homologação, vigência), cumprimento dos normativos e decisões Plenárias do Confea, especialmente quanto ao cumprimento da Resolução N° 1.020, de 2006, que aprova o Estatuto da Mútua; da Resolução N° 1.028, de 2010, com alterações, que aprova o Regimento da Mútua; verificação da cultura da gestão planejada e se há acompanhamento e avaliação dos resultados das metas e planos estabelecidos; cumprimento dos requisitos dos Portais de Transparência (LAI), implementação de o regular e amigável acesso à informação (transparência ativa e passiva); funcionamento da Ouvidoria e consequente estruturação para fins de proporcionar o adequado controle social; funcionamento e estruturação das unidades de controle interno, e verificação das rotinas e procedimentos quanto à definição e cumprimento. Nessa mesma condição serão verificadas as questões afetas ao efetivo cumprimento da LAI, como já acima destacado, conjuntamente com Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (n° 13.709, de 2018), bem como os assuntos relativos ao Plano Diretor da Tecnologia da Informação - PDTI e as especificidades dos Registros constituídos em Banco de Dados de Profissionais.

Ademais, ressaltamos que caso haja necessidade, conforme já anteriormente tratado, e quando do processo de auditoria operacional, poderão ser requisitados funcionários dos Creas e da Mútua para integrarem a equipe de auditoria nos casos de ocorrência de casos fortuitos, a fim de não prejudicar o cumprimento do calendário de auditoria estabelecido.

7. Diretrizes a serem observadas quando da realização de Auditorias Especiais Diretas

No decorrer do exercício 2022, poderão ser realizadas auditorias específicas e pontuais, visando identificar a conformidade dos procedimentos que estão sendo adotados pelo Confea, Creas ou Mútua, caso existindo indícios de potencial dano ao erário e que requeiram maior averiguação de detalhamento e aprofundamento para fins de entendimento, mediante a utilização de atuação célere e cirúrgica por parte dos órgãos de fiscalização. Tal iniciativa se deve em atuar preventivamente, com vistas a identificar potenciais falhas que sejam danosas aos cofres públicos.

Portanto, as auditorias especiais diretas ou de inspeção poderão ser realizada no Confea, nos Creas e na Mútua, de acordo com a necessidade e disponibilidade da equipe de auditoria depois de devidamente formalizado o pedido em competente documento autorizativo. Nesse contexto e, dependendo da matéria objeto dos trabalhos e a instância de averiguação no âmbito deste Federal, a realização de específica auditoria especial no Confea está condicionada à autorização da Presidência, da Comissão de Controle e Sustentabilidade do Sistema (CCSS) ou da Comissão de Organização, Normas e Procedimentos (CONP) se for o caso e no que couber, bem como do Plenário.

8. Apuração de Denúncia e Irregularidades

As denúncias de possíveis irregularidades ocorridas no Confea, nos Creas e na Mútua que, durante a execução do PAINT 2022 forem noticiadas à Auditoria por meio da Ouvidoria, do Ministério Público (MP dos Estados e MP da União), entidades profissionais vinculadas ao Sistema Profissional, devem ser obrigatoriamente contempladas no escopo de trabalho das auditorias, dispensada específica autorização do Plenário, e serão objeto de relatórios específicos, se for o caso, ou mesmo apensadas ao processo de prestação de contas e apreciadas em conjunto com os demais levantamentos realizados/fiscalizados durante e, no decorrer, do processo de auditoria.

Igualmente, as irregularidades ou observações que constarem em acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos Relatórios de Auditorias da Controladoria Geral da União (CGU), deverão ser conhecidos e acompanhados em seus desdobramentos, atendimentos e implementação no que couber averiguar e nessas oportunidades de procedimentos de regular e ordinárias auditorias.

9. Conhecimentos específicos necessários para a execução dos trabalho

- **Conhecimentos relativos à atuação da Auditoria Interna:**

Aplicação dos procedimentos de Auditoria, tais como, testes de observância e substantivos;

Normas relativas à elaboração do parecer sobre a formalização da Prestação de Contas Anual e Demonstrações contábeis.

- **Conhecimentos relativos à área Institucional:**

Conhecimento sobre a Composição do Plenário, Diretoria, Sucessividade, Renovação do Terço dos Plenários, Câmaras Especializadas, Comissões Permanentes, Regimento, Atos Normativos e Administrativos, Fiscalização, Funcionamento das Inspetorias e Ouvidoria.

- **Conhecimentos relativos à gestão orçamentária:**

Execução das Receitas e Despesas.

- **Conhecimentos relativos à gestão financeira:**

Formalização e legalidade dos processos de concessão, aplicação e prestação de contas de suprimentos de fundos;

Formalização e legalidade dos Convênios;

Aplicação dos recursos oriundos de Convênios;

Formalização dos processos de pagamentos, bem como verificar as fases da despesa, empenho, liquidação e pagamento da despesa.

- **Conhecimentos relativos à gestão patrimonial:**

Utilização dos bens e responsabilização dos danos causados por imperícia, imprudência e negligência;
 Procedimentos de incorporação (licitação) e alienação de bens, móveis e imóveis do patrimônio.

- **Conhecimentos relativos à gestão contábil:**

Normas relativas à contabilização dos atos e fatos contábeis;

Conciliação das contas contábeis;

Análise e interpretação dos indicadores financeiros e orçamentários.

- **Conhecimentos relativos à gestão de suprimentos de bens e serviços:**

Normas relativas à formalização e condução dos processos licitatórios;

Normas relativas à dispensa e inexigibilidade de licitação;

Normas relativas à formalização dos contratos;

Normas relativas à execução de contratos e convênios;

Pronunciamentos exarados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

- **Conhecimentos relativos à legislação básica do Sistema Confea/Crea e Mútua:**

O Analista Auditor deve ser conhecedor da legislação pertinente e aplicável ao Sistema Profissional, existentes no ordenamento jurídico nacional e infra Sistema, para fins de, quando do desenvolvimentos dos trabalhos de auditoria, possibilitar a coerente análise/fiscalização dos atos então praticados e submetidos à averiguação, quer sejam aqueles de gestão ou com a finalidade de instrução processual e consecução de determinado objeto.

Também e, na linha das atuais e modernas práticas de auditoria, tais conhecimentos devem constar disponíveis e atualizados, para fins de sempre que necessário, possibilitar às orientações consignadas em Relatórios, adequadamente assessorar os gestores responsáveis quando da prática de futuros atos administrativos.

Nesse contexto e tendo por base a legislação indicada no Item "3" supracitado e afeta ao ordenamento jurídico nacional e, de forma complementar, necessário se faz ser conhecedor da seguinte legislação normativa infra Sistema Profissional, notadamente no que diz respeito às **Resoluções do Confea**, haja vista constituírem "**Ato normativo de competência exclusiva do Plenário do Confea, destinado a explicitar a lei, para sua correta execução e para disciplinar os casos omissos**":

Resolução Confea	Ementa
Nº 1.132, de 2021	Altera a Resolução nº 1.066, de 25 de setembro de 2015.
Nº 1.131, de 2021	Altera o regimento do Colégio de Entidades Nacionais do Confea – CDEN, aprovado pela Resolução nº 1.056, de 30 de julho de 2014.
Nº 1.130, de 2020	Altera a Resolução nº 1.030, de 17 de dezembro de 2010, que institui o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mútua - Prodesu, e a Decisão Normativa nº 87, de 30 de março de 2011, que regulamenta a aplicação da Resolução nº 1.030, de 2010.
Nº 1.129, de 2020	Define o título profissional e discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro de produção e do engenheiro industrial, em suas diversas modalidades, para efeito de fiscalização do exercício profissional.
Nº 1.128, de 2020	Dispõe sobre os procedimentos para cobrança administrativa, inscrição de débito em Dívida Ativa, parcelamentos e cobrança judicial dos créditos do Sistema Confea/Crea.
Nº 1.127, de 2020	Altera a Resolução nº 1.026, de 18 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

Nº 1.124, de 2020	Estabelece, em caráter excepcional, medidas para operacionalização do Prodesu no exercício de 2020.
Nº 1.121, de 2019	Dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia e dá outras providências
Nº 1.120, de 2019	Revoga atos administrativos normativos de competência do Confea.
Nº 1.119, de 2019	Institui o Regime de Recuperação e Equilíbrio Financeiro (RREF) no âmbito do Sistema Confea/Crea.
Nº 1.118, de 2019	Institui o programa de recuperação de créditos no âmbito do Sistema Confea/Crea para o exercício de 2020, destinado à regularização dos débitos das Pessoas Físicas e Jurídicas registradas e dá outras providências.
Nº 1.118, de 2019	Institui o programa de recuperação de créditos no âmbito do Sistema Confea/Crea para o exercício de 2020, destinado à regularização dos débitos das Pessoas Físicas e Jurídicas registradas e dá outras providências.
Nº 1.116, de 2019	Estabelece que as obras e os serviços no âmbito da Engenharia e da Agronomia são classificados como serviços técnicos especializados.
Nº 1.115, de 2019	Regulamenta a sucessividade de mandatos para funções e cargos eletivos do Sistema Confea/Crea e Mútua e dá outras providências.
Nº 1.108, de 2018	Discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro de bioprocessos e biotecnologia e insere o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.
Nº 1.107, de 2018	Discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro de saúde e segurança e insere o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.
Nº 1.106, de 2018	Discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro aeroespacial e insere o título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.
Nº 1.105, de 2018	Discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro automotivo, insere o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional, e inativa o título profissional de Engenheiro Mecânico e de Automóvel (código 131-03-00).
Nº 1.103, de 2018	Discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro biomédico e convalida o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.
Nº 1.101, de 2018	Dispõe sobre a regularização do exercício profissional em cargo ou função sem a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e dá outras providências.
Nº 1.100, de 2018	Discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro de software e insere o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.
Nº 1.099, de 2018	Discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro nuclear e insere o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.
Nº 1.096, de 2017	Discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro de transportes, insere o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional, e inativa o título profissional de Engenheiro Rodoviário (código 111-07-00).
Nº 1.095, de 2017	Discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro agrimensur e cartógrafo e insere o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.
Nº 1.094, de 2017	Dispõe sobre a adoção do Livro de Ordem de obras e serviços das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.
Nº 1.090, de 2017	Dispõe sobre o cancelamento de registro profissional por má conduta pública, escândalo ou crime infamante.
Nº 1.087, de 2017	Insere o título de Técnico em Design de Interiores na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional, e inativa o título profissional de Técnico em Decoração (código 113-12-00).
Nº 1.086, de 2016	Insere o título de Técnico em Equipamentos Biomédicos na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional, e inativa o título profissional de Técnico em Manutenção de Equipamentos Médico-hospitalares (código 123-16-00).
Nº 1.085, de 2016	Regulamenta a concessão da Medalha do Mérito e da Menção Honrosa, e a inscrição no Livro do Mérito do Sistema Confea/Crea.
Nº 1.082, de 2016	Insere o título de Técnico em Portos na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.
Nº 1.081, de 2016	Insere o título de Técnico em Biocombustíveis na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

Nº 1.078, de 2016	Discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro acústico e insere o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.
Nº 1.077, de 2016	Institui as regras para gestão documental no âmbito do Sistema Confea/Crea.
Nº 1.076, de 2016	Discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro de energia e insere o título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.
Nº 1.075, de 2016	Dispõe sobre a realização de parcerias com entidades de classe.
Nº 1.074, de 2016	Aprova a norma geral para elaboração de regimento de Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – Crea e dá outras providências.
Nº 1.073, de 2016	Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia.
Nº 1.072, de 2015	Suspende a aplicabilidade da Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005 , que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.
Nº 1.071, de 2015	Dispõe sobre a composição dos plenários e a instituição de câmaras especializadas dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia – Creas e dá outras providências (interstício de três anos. art. 23, IX).
Nº 1.070, de 2015	Dispõe sobre os procedimentos para registro e revisão de registro das instituições de ensino e das entidades de classe de profissionais nos Creas e dá outras providências.
Nº 1.067, de 2015	Fixa os critérios para cobrança de registro da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e dá outras providências (vide decisões Plenárias PL-1610/2018 e PL-1542/2019).
Nº 1.066, de 2015	Fixa os critérios para cobrança das anuidades, serviços e multas a serem pagos pelas pessoas físicas e jurídicas registradas no Sistema Confea/Crea, e dá outras providências (vide decisões Plenárias PL-1611/2018 e PL-1544/2019).
Nº 1.059, de 2014	Aprova os modelos de Carteira de Identidade Profissional, de Carteira de Identidade Provisória e de Carteira de Identidade Temporária, e revoga os Anexos II e III da Resolução nº 1.007, de 5 de dezembro de 2003.
Nº 1.056, de 2014	Aprova o regimento do Colégio de Entidades Nacionais do Confea.
Nº 1.050, de 2013	Dispõe sobre a regularização de obras e serviços de Engenharia e Agronomia concluídos sem a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e dá outras providências.
Nº 1.048, de 2013	Consolida as áreas de atuação, as atribuições e as atividades profissionais relacionadas nas leis, nos decretos-lei e nos decretos que regulamentam as profissões de nível superior abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.
Nº 1.037, de 2011	Institui normas para elaboração de propostas e reformulações orçamentárias para o Sistema Confea/Crea e Mútua, e dá outras providências.
Nº 1.036, de 2011	Aprova o Plano de Contas Unificado do Sistema Confea/Crea.
Nº 1.034, de 2011	Dispõe sobre o processo legislativo e os procedimentos para elaboração, aprovação e homologação de atos administrativos normativos de competência do Sistema Confea/Crea.
Nº 1.030, de 2010	Institui o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mútua - Prodesu, e dá outras providências.
Nº 1.029, de 2010	Estabelece normas para o registro de obras intelectuais no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Confea.
Nº 1.028, de 2010	Aprova o Regimento da Mútua.
Nº 1.026, de 2009	Dispõe sobre as rendas dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, da Mútua de Assistência dos Profissionais, e dá outras providências
Nº 1.025, de 2009	Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências.
Nº 1.020, de 2006	Aprova o Estatuto da Mútua.
Nº 1.015, de 2006	Aprova o Regimento do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea.
Nº 1.013, de 2005	Aprova as Normas para a Organização e o Funcionamento da Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia – SOEAA e do Congresso Nacional de Profissionais – CNP.
Nº 1.012, de 2005	Regulamenta as reuniões de representantes dos Conselhos Federal e Regionais e aprova os regimentos do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea e das coordenadorias de câmaras especializadas dos Creas.

Nº 1.011, de 2005	Fixa os critérios para credenciamento das entidades nacionais no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Confea e dá outras providências.
Nº 1.009, de 2005	Dispõe sobre os critérios e os procedimentos para autorização de viagem ao exterior, em cumprimento de missão delegada pelo Crea ou pelo Confea.
Nº 1.008, de 2004	Dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades.
Nº 1.007, de 2003	Dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências.
Nº 1.004, de 2003	Aprova o Regulamento para a Condução do Processo Ético Disciplinar.
Nº 1.002, de 2002	Adota o Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura , da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia e dá outras providências.
Nº 0519, de 2010	Dispõe sobre a validade da carteira de identidade profissional e dá outras providências.
Nº 0509, de 2008	Dispõe sobre as atividades profissionais do Engenheiro de Exploração e Produção de Petróleo.
Nº 0493, de 2006	Dispõe sobre o registro profissional do engenheiro de aquicultura e discrimina suas atividades profissionais.
Nº 0492, de 2006	Dispõe sobre o registro profissional do engenheiro hídrico e discrimina suas atividades profissionais.
Nº 0473, de 2002	Institui Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea e dá outras providências.
Nº 0458, de 2001	Dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional referente à inspeção técnica de veículos, automotores e rebocados, e das condições de emissão de gases poluentes e de ruído por eles produzidos.
Nº 0447, de 2000	Dispõe sobre o registro profissional do engenheiro ambiental e discrimina suas atividades profissionais.
Nº 0441, de 1999	Dispõe sobre a concessão do Diploma do Mérito da Engenharia, Arquitetura e Agronomia e a inscrição no Livro do Mérito pelos Conselhos Regionais.
Nº 0437, de 1999	Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa às atividades dos Engenheiros e Arquitetos , especialistas em Engenharia de Segurança do Trabalho e dá outras providências.
Nº 0430, de 1999	Relaciona os cargos e funções dos serviços da administração pública direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cujo exercício é privativo de profissionais da Engenharia, da Arquitetura ou da Agronomia e dá outras providências (Vide Ação Civil Pública Nº 1015587-69.2017.4.01.3400 de, 14/07/2020, que condena o CONFEA na obrigação de fazer, a ser realizada no prazo de 180, cento e oitenta, dias úteis, consistente em editar normas gerais, nos termos do art. 27 da Lei 5.194 de 1966, que desobriguem servidores públicos municipais, estaduais e federais, ocupantes de cargo não privativo de engenheiro e engenheiro-agrônomo, a se registrar no conselho profissional, no âmbito de todo o território nacional, abstendo-se da inscrição e das demais obrigações decorrentes de tal ato).
Nº 0427, de 1999	discrimina as atividades profissionais do Engenheiro de Controle e Automação.
Nº 0421, de 1998	Cria o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Roraima, com sede na cidade de Boa Vista e jurisdição no Estado de Roraima.
Nº 0417, de 1998	Dispõe sobre as empresas industriais enquadráveis nos Artigos 59 e 60 da Lei n.º 5.194/66.
Nº 0407, de 1996	Revoga a Resolução nº 250/77, que regula o tipo e uso de placas de identificação de exercício profissional em obras, instalações e serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
Nº 0397, de 1995	Dispõe sobre a fiscalização do cumprimento do Salário Mínimo Profissional.
Nº 0393, de 1995	Regulamenta a aplicação das alíneas "d" e "e" do artigo 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 (consultas ao Confea).
Nº 0380, de 1993	Discrimina as atribuições provisórias dos Engenheiros de Computação ou Engenheiros Eletricistas com ênfase em Computação e dá outras providências.
Nº 0378, de 1993	Dispõe sobre o ressarcimento de despesas de Conselheiros residentes nas cidades-sede dos Conselhos, quando convocados para reuniões.
Nº 0377, de 1993	Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica-ART dos serviços de Aviação Agrícola e dá outras providências.
Nº 0372, de 1992	Cria o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Tocantins, com sede na cidade de Palmas e jurisdição no Estado de Tocantins.

Nº 0371, de 1992	Cria o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Amapá, com sede na cidade de Macapá e jurisdição no Estado do Amapá.
Nº 0361, de 1991	Dispõe sobre a conceituação de Projeto Básico em Consultoria de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
Nº 0359, de 1991	Dispõe sobre o exercício profissional, o registro e as atividades do Engenheiro de Segurança do Trabalho e dá outras providências.
Nº 0345, de 1990	Dispõe quanto ao exercício por profissional de Nível Superior das atividades de Engenharia de Avaliações e Perícias de Engenharia.
Nº 0344, de 1990	Define as categorias profissionais habilitadas a assumir a Responsabilidade Técnica na prescrição de produtos agrotóxicos, sua aplicação e atividades afins.
Nº 0342, de 1990	Discrimina atividades relativas a empreendimentos agropecuários, florestais, agroindustriais e de armazenagem com ou sem utilização de Crédito Rural ou Incentivo Fiscal, que implicam a participação efetiva e autoria declarada de profissionais legalmente habilitados.
Nº 0340, de 1989	Oficializa o Brasão dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
Nº 0310, de 1986	Discrimina as atividades do Engenheiro Sanitarista.
Nº 0288, de 1983	Designa o título e fixa as atribuições das novas habilitações em Engenharia de Produção e Engenharia Industrial.
Nº 0282, de 1983	Dispõe sobre o uso obrigatório do título profissional e número da Carteira do CREA nos documentos de caráter técnico e técnico-científico.
Nº 0281, de 1983	Cria o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Rondônia, com sede na cidade de Porto Velho e jurisdição do Estado de Rondônia.
Nº 0270, de 1983	Discrimina as atividades profissionais do Engenheiro de Pesca.
Nº 0270, de 1981	Dispõe sobre a inscrição da Dívida Ativa nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e revoga a Resolução nº 200, do CONFEA, de 28 MAIO 1971.
Nº 0263, de 1979	Cria Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, de Mato Grosso do Sul, com sede na Cidade de Campo Grande e Jurisdição no Estado de Mato Grosso do Sul.
Nº 0256, de 1978	Discrimina as atividades profissionais do Engenheiro Agrícola.
Nº 0252, de 1977	Cria a Mútua de Assistência dos Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
Nº 0251, de 1977	Dispõe sobre a nova designação dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
Nº 0249, de 1977	Cria o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de 22ª Região, com sede na cidade de Rio Branco e Jurisdição no Estado do Acre e Território Federal de Rondônia.
Nº 0241, de 1976	Discrimina as atividades profissionais do Engenheiro de Materiais.
Nº 0240, de 1976	Cria o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 21ª Região, com sede na cidade de Aracaju e jurisdição no Estado de Sergipe.
Nº 0236, de 1975	Altera a denominação do CREA da 21ª Região, instituído pela Resolução no 226, de 21.02.75, do CONFEA.
Nº 0235, de 1975	Discrimina as atividades profissionais do Engenheiro de Produção.
Nº 0234, de 1975	Cria o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 13ª Região, com sede na cidade de Teresina e jurisdição no Estado do Piauí.
Nº 0226, de 1975	Cria o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 21ª Região, com sede na cidade do Rio de Janeiro e jurisdição no novo Estado do Rio de Janeiro.
Nº 0223, 1974	Cria o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 20ª Região, com sede na cidade de Manaus e jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre e Território de Roraima.
Nº 0221, de 1974	Dispõe sobre o acompanhamento pelo autor, ou pelos autores ou coautores, do projeto de execução da obra respectiva de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia.
Nº 0218, de 1973	Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
Nº 0216, de 1973	Cria o Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia da 19ª Região, com sede na cidade de São Luís e jurisdição no Estado do Maranhão.

Nº 0213, 1972	Caracteriza o preposto e dispõe sobre suas atividades.
Nº 0202, de 1971	Veda aos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia a expedição de licença a título precário.
Nº 0165, de 1967	Institui, sob a organização e regime transitórios o 16º. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia com jurisdição nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.

Igualmente e de forma complementar, necessário também se faz conhecer as **Decisões Normativas do Confea**, pois constituem "**Ato de caráter imperativo, de exclusiva competência do Plenário do Confea, destinado a fixar entendimentos ou a determinar procedimentos a serem seguidos pelos Creas, visando à uniformidade de ação**". Porém, ressalta-se a necessidade de se atentar para a abrangência da aplicabilidade deste disciplinamento vigente, sempre correlacionando-as com as Resoluções do Confea e o Ordenamento Legal nacional existente (Leis, Decretos e Decretos-Lei):

Decisões Normativas Confea	Ementa
Nº 0114, de 2019	Dispõe sobre a fiscalização das atividades relacionadas a sistemas de refrigeração e de ar condicionado.
Nº 0113, de 2018	Aprova a relação unificada de atividades e de obras e serviços de rotina, nos termos do art. 36 da Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009. Tabela de Obras e Serviços – TOS.
Nº 0112, de 2018	Altera a Decisão Normativa nº 088, de 4 de maio de 2011, que regulamenta os programas do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mútua – Prodesu.
Nº 0111, de 2017	Dispõe sobre diretrizes para análise das Anotações de Responsabilidade Técnica registradas e os procedimentos para fiscalização da prática de acobertamento profissional.
Nº 0106, de 2015	Conceitua o termo “Projeto” e define suas tipificações.
Nº 0095, de 2012	Aprova as Diretrizes Nacionais da Fiscalização do exercício e da atividade profissional do Sistema Confea/Crea, e dá outras providências.
Nº 0094, de 2012	Aprova o Manual de Procedimentos para a Condução dos Processos de Ética Profissional.
Nº 0092, de 2012	Suspende a vigência dos arts. 9º, 16 e 20, até o dia 30 de novembro de 2012 e substitui a Tabela II contida no art. 12 e a Tabela IV contida no art. 19 da Decisão Normativa nº 087, de 30 de março de 2011.
Nº 0091, de 2012	Regulamenta a aplicação das Resoluções nº 1.018, de 8 de agosto de 2006, e nº 1.019, de 8 de agosto de 2006.
Nº 0088, de 2011	Regulamenta os programas do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mútua – Prodesu.
Nº 0087, de 2011	Regulamenta a aplicação da Resolução nº 1.030, de 17 de dezembro de 2010, e dá outras providências.
Nº 0085, de 2011	Aprova o manual de procedimentos operacionais para aplicação da Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, e dá outras providências.
Nº 0083, de 2008	Dispõe sobre procedimentos para a fiscalização do exercício e das atividades profissionais referentes a monumentos, sítios de valor cultural e seu entorno ou ambiência.
Nº 0081, de 2007	Regulamenta a composição e o funcionamento do Conselho de Comunicação e Marketing.
Nº 0079, de 2006	Revoga a Decisão Normativa nº 077, de 24 de agosto de 2005, que dispõe sobre as atribuições do engenheiro florestal e engenheiro agrônomo no que se refere à Silvicultura.
Nº 0074, de 2004	Dispõe sobre a aplicação de dispositivos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, relativos a infrações.
Nº 0072, de 2002	Dispõe sobre responsabilidade técnica de atividade em projeto, execução e manutenção de estrada rural.
Nº 0071, de 2001	Define os profissionais competentes para elaboração de projeto e utilização de explosivos para desmonte de rochas e dá outras providências.
Nº 0070, 2001	Dispõe sobre a fiscalização dos serviços técnicos referentes aos sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (para-raios). <i>Obs.: ANULADA em virtude de decisão judicial transitada em julgado nos autos do Mandado de Segurança 2002.34.00.006739-4.</i>

Nº 0067, de 2000	Dispõe sobre o registro e a anotação de responsabilidade técnica das empresas e dos profissionais prestadores de serviços de desinsetização, desratização e similares.
Nº 0066, de 2000	Dispõe sobre o registro nos CREAs das empresas fabricantes de pólvora, explosivos, detonantes, munição para caça e esporte, fósforos de segurança e artigos pirotécnicos.
Nº 0065, de 1999	Dispõe sobre registro nos CREAs e fiscalização de empresas prestadoras das diferentes modalidades de Serviços de Distribuição de Sinais de TV por Assinatura e dá outras providências.
Nº 0063, de 1999	Dispõe sobre responsável técnico de pessoa jurídica que desenvolva atividades de planejamento e/ou execução de obras na área de mecânica de rochas, seus serviços afins e correlatos.
Nº 0061, de 1998	Revoga a Decisão Normativa nº 031/88 que estabelece as competências dos Engenheiros Agrônomos e Engenheiros Agrícolas, quanto às atividades de projeto e execução de barragens de terra, e dá outras providências.
Nº 0059, de 1997	Dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas que atuam nas atividades de planejamento, pesquisa, locação, perfuração, limpeza e manutenção de poços tubulares para captação de água subterrânea e dá outras providências.
Nº 0057, de 1995	Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro das pessoas físicas e jurídicas que prestam serviços de manutenção em subestações de energia elétrica, a anotação dos profissionais por eles responsáveis e dá outras providências.
Nº 0056, de 1995	Dispõe sobre o Registro, Fiscalização e Anotação de Responsabilidade Técnica de Redes de Emissoras de Televisão, Rádio AM e Rádio FM e dá outras providências.
Nº 0055, de 1995	Fixa critérios para fiscalização de empresas fabricantes de carrocerias de ônibus, carrocerias de caminhões, caçambas basculantes e fixas, coletoras de lixos, tanques, baús de caixas especiais, carretas e reboques em geral, bem como empresas transformadoras de veículos e fabricantes de veículos fora de série e dá outras providências.
Nº 0053, de 1994	Dispõe sobre a responsabilidade técnica nos serviços de operação de armazéns destinados ao beneficiamento e à guarda de produtos agrícolas
Nº 0052, de 1994	Dispõe sobre a obrigatoriedade de responsável técnico pelas instalações das empresas que exploram parques de diversões
Nº 0047, de 1992	Dispõe sobre as atividades de Parcelamento do Solo Urbano, as competências para executá-las e dá outras providências.
Nº 0046, de 1992	Dispõe sobre a fiscalização dos serviços técnicos em Gaseificadores e Biodigestores.
Nº 0045, de 1992	Dispõe sobre a fiscalização dos serviços técnicos de geradores de vapor e vasos sob pressão.
Nº 0043, de 1992	Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de empresas do ramo da indústria naval nos CREAs.
Nº 0041, de 1992	Dispõe sobre a fiscalização das atividades de manutenção de veículos de transporte rodoviário coletivos.
Nº 0040, de 1992	Dispõe sobre a fiscalização das atividades ligadas à retífica de motores e reparos e regulagem de bombas injetoras de combustível em motores diesel.
Nº 0039, de 1992	Fixa critérios para a fiscalização de empresas concessionárias de veículos automotores, e dá outras providências.
Nº 0036, de 1991	Dispõe sobre a competência em atividades relativas a elevadores e escadas rolantes.
Nº 0032, de 1988	Estabelece atribuições em projetos, execução e manutenção de Central de Gás.
Nº 0030, de 1988	Dispõe sobre anotação das atribuições profissionais decorrentes de curriculum cumprido antes da Resolução 218/83.
Nº 0029, de 1988	Estabelece competência nas atividades referentes a Inspeção e Manutenção de Caldeiras e Projetos de Casa de Caldeiras.
Nº 0021, de 1986	Dispõe sobre a expedição de Guias de Cobrança de Anuidades a profissionais.
Nº 0020, de 1986	Dispõe sobre os serviços de concretagem e sua Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.
Nº 0013, de 1984	Dispõe sobre a correlação entre as matérias profissionalizantes dos currículos das seis áreas da engenharia.
Nº 0012, de 1983	Estabelece procedimentos a serem observados pelos Conselhos Regionais na análise de processos de registro profissional de diplomados no estrangeiro.

Nº 0008, de 1983	Dispõe sobre apresentação de Responsável Técnico residente, por parte de pessoa jurídica requerente de registro no CREA.
Nº 0006, de 1982	Dispõe sobre Registro nos CREAs das Sociedades intituladas "Câmaras de Valores Imobiliários", "Bolsa de Avaliação de Imóveis" ou assemelhados.
Nº 0001, de 1981	Dispõe sobre mão-de-obra contratada pelo proprietário.

10. Resultados esperados

Consoante ao instituído pelo art. 24 da Lei Nº 5.194, de 1966, a verificação e a fiscalização do exercício e atividades das profissões reguladas e vinculadas ao Sistema Profissional serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), e pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (Crea), **organizados de forma a assegurarem unidade de ação**. Nesse contexto, objetiva-se aferir:

- O fiel cumprimento à legislação federal, normativos infra Sistema e decisões do Plenário do Confea;
- A uniformidade de processos e procedimentos;
- A legalidade dos processos e consequentes representações pertinentes à composição do Plenário dos Creas, e
- A aferição da adequabilidade das normas internas e externas.

11. Cronogramas das auditorias

O cronograma de execução dos trabalhos de auditoria ordinária dos exercício 2021 conforme abaixo apresentado não tem caráter definitivo, podendo ser alterado a qualquer momento haja vista a existência de fatores internos e externos ao Sistema Profissional e que possam vir a impactar a execução desses.

As auditorias, ordinárias e as de inspeções ou especiais, realizadas diretamente pelos Auditores do Confea, constam distribuídas ao longo do ano, ressalvadas as questões de necessidade de recomposição do Quadro de Pessoal da AUDI bem como o tempo necessário para as verificações in loco, elaboração e entrega dos relatórios, alinhando-se ainda com as demais atribuições desta unidade organizacional. A alteração do cronograma, bem como do escopo de trabalho, caberá exclusivamente à AUDI estabelecer, fundamentado nas diretrizes supracitadas estabelecidas e conferindo conhecimento à Comissão de Controle e Sustentabilidade do Sistema (CCSS) e, quando e no que couber, a Comissão de Organização, Normas e Procedimentos - CONP.

Como anteriormente previsto, os trabalhos de auditorias serão ordinariamente realizadas à distância bem como in loco sempre que previamente planejadas e previstas, e visarão mitigar os riscos levantados em cada fase do processo, verificando a existência dos controles existentes e se estão sendo cumpridos, sistematicamente, com vistas a eliminar possíveis riscos a serem detectados em tempo para que não produzam distorções na aplicação dos recursos públicos. **Para tanto, o modelo de trabalho a ser desenvolvido e implementado será aquele contemplado na "Apresentação ABR - Auditoria Baseada Risco (0490112)".**

Cabe destacar que as unidades organizacionais quando em processo de auditoria, devem adequar suas rotinas, priorizando o atendimento à equipe de auditores, conforme datas e períodos de trabalhos estabelecidos pela AUDI. Segue, abaixo, modelo de Calendário a ser trabalhado e finalizado no âmbito da AUDI, salvaguardado as particularidades e necessidades que poderão impactar a realização dos trabalhos em cada Unidade da Federação (Crea):

CONTROLE E POSIÇÃO DOS RELATÓRIOS E RESPECTIVOS PROCESSO SEI DE AUDITORIA INSTITUCIONAL E DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2021 / DATA DA ATUALIZAÇÃO: / /						
Órgão	EXERCÍCIO AUDITADO 2021	Nº RELATÓRIO / PROCESSO Relacionar o número do	AUDITORES Profissionais Auditores	DATA Data / Período de realização dos Trabalhos	POSIÇÃO RELATÓRIOS Discorrer sobre a posição dos	OBSERVAÇÕES Situação e Forma de Realização da Auditoria

		RELATÓRIO e do PROCESSO no SEI	integrantes da equipe dos trabalhos		relatórios	
Crea- UF	2021	RELATÓRIO Nº SEI Nº				
Confea	2021	RELATÓRIO Nº SEI Nº				
Mútua	2021	RELATÓRIO Nº SEI Nº				

12. Composição das equipes de auditores

A composição das equipes de auditores para cumprimento ao cronograma de auditoria é de exclusiva competência do Gerente de Auditoria, oportunidade que será levado em consideração as competências, trabalhos a serem realizados, e conhecimentos dos auditores integrantes da equipe da AUDI. Novo(s) integrante(s) que passarem a compor a equipe de auditores deste Federal poderão vir a integrar os regulares trabalhos de auditorias, dependendo do nível de conhecimento e formação desse(s).

13. Considerações complementares

Por fim, cabe destacar que os numerários empreendidos nos trabalhos das ACIs serão suportados pelo Centro de Custos da Unidade Organizacional Auditoria, devendo esta AUDI regularmente e, bem os provisionar no corrente exercício (2021), quando da elaboração da peça orçamentária para fins da efetiva disponibilidade financeira no decorrer do exercício vindouro (2022).

Segue, em anexo, conceitos e diretrizes gerais a serem observadas quando da realização dos trabalhos de Auditoria de Conformidade Institucional e de Gestão (ACI) pela AUDI junto ao Sistema Confea/Crea e Mútua no decorrer do exercício de 2022, cujo ano base (AB) auditado será o de 2021; destacando que no curso de realização dos trabalhos outras informações poderão vir a ser demandadas ou até mesmo alteradas (p.ex.: no caso da legislação/normativo aplicável) gerando, assim, adequações ou novos e específicos Papéis de Trabalho (PTAs).

ANEXO I

1. Auditoria de Conformidade Institucional - ACI (SEI 0491188)
2. Princípios Gerais e Fundamentais da ACI (SEI 0491194)
3. Termo de Aquiescência (SEI 0491197)
4. Relação - Índice dos Papéis de Trabalho - PTAs (SEI 0495827)
5. Planejamento de Trabalho - ABR / PTA 01 (SEI 0493411)
6. Planejamento de Trabalho - ABR / PTA 02 (SEI 0493533)
7. Planejamento de Trabalho - ABR / PTA 03 (SEI 0493535)
8. Planejamento de Trabalho - ABR / PTA 04 (SEI 0493540)
9. Planejamento de Trabalho - ABR / PTA 05 (SEI 0493546)
10. Planejamento de Trabalho - ABR / PTA 06 (SEI 0493551)
11. Planejamento de Trabalho - ABR / PTA 07 (SEI 0493553)
12. Planejamento de Trabalho - ABR / PTA 08 (SEI 0493562)
13. Planejamento de Trabalho - ABR / PTA 09 (SEI 0493568)
14. Planejamento de Trabalho - ABR / PTA 10 (SEI 0493572)
15. Planejamento de Trabalho - ABR / PTA 11 (SEI 0493577)
16. Planejamento de Trabalho - ABR / PTA 12 (SEI 0493593)
17. Papéis de Trabalho Mútua - PTA (SEI 0493933)
18. Papéis de Trabalho Creas - PTA (SEI 0493951)
19. Papéis de Trabalho Confea - PTA (SEI 0495823)



Documento assinado eletronicamente por **Alceu Fernandes Molina Júnior, Analista**, em 27/08/2021, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.confea.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0490115** e o código CRC **C8AE783F**.

Referência: Processo nº CF-03822/2021

SEI nº 0490115